

A DUPLA NATUREZA DO CENTAURO E A LUTA DE CLASSES NO BRASIL

THE DOUBLE NATURE OF CENTAURO AND THE CLASS STRUGGLE IN BRAZIL

LA DOBLE NATURALEZA DEL CENTAURO Y LA LUCHA DE CLASES EN BRASIL

Anita Helena Schlesener¹
 Gilson Mezarobba²
 Tatiani Maria Garcia de Almeida³

RESUMO

Este artigo parte da metáfora do Centauro maquiavélico para desenvolver algumas reflexões sobre a crise orgânica vivida no Brasil nesta segunda década do século XXI. O referencial teórico se concentra na obra de Antonio Gramsci, tendo como base o conceito de hegemonia para explicitar características da luta de classes, renovada em suas novas dimensões políticas e ideológicas. Na primeira parte retomamos dados históricos explicitando as políticas imperialistas e as novas características da luta de classes, principalmente com a acentuação do fascismo. Em seguida, abordamos a questão da hegemonia expressa no equilíbrio entre força e consenso, mas também como superação da violência pela civilidade, fator acentuado por Maquiavel na política aconselhada ao Príncipe.

Palavras chave: Hegemonia. Luta de classes. Filosofia da práxis.

ABSTRACT

This article starts from the Machiavellian Centaur metaphor for some reflections on the organic crisis experienced in Brazil in this second decade of the 21st century. The theoretical framework focuses on Antonio Gramsci's work, based on the concept of hegemony to explain characteristics of class struggle, renewed in its new political and ideological dimensions. In the first part, we return to historical data explaining the imperialist policies and the new characteristics of the class struggle, mainly with the accentuation of fascism. Then, we address the issue of hegemony expressed in the balance between force and consensus, but also as overcoming violence by civility, a factor accentuated by Machiavelli in the policy advised to the Prince.

Keywords: Hegemony. Class struggle. Philosophy of praxis.

RESUMEN

Este artículo parte de la metáfora del Centauro maquiavélico para algunas reflexiones sobre la crisis orgánica vivida en Brasil en esta segunda década del siglo XXI. El marco teórico se centra en el trabajo de Antonio Gramsci, basado en el concepto de hegemonía para explicar las características de la lucha de clases, renovada en sus nuevas dimensiones políticas e ideológicas. En la primera parte volvemos a los datos históricos explicando las políticas imperialistas y las nuevas características de la lucha de clases, principalmente con la acentuación del fascismo. Luego, abordamos el tema de la hegemonía expresada en el equilibrio entre fuerza y consenso, pero también como superación de la violencia por el civismo, factor acentuado por Maquiavelo en la política aconsejada al Príncipe.

Palabras clave: Hegemonía. Lucha de clases. Filosofía de la praxis.

¹ Graduação em Filosofia, Mestrado em Educação, Doutorado em História. Docente do Mestrado e Doutorado em Educação da UTP-PR. <https://orcid.org/0000-0002-5185-2604>

² Graduado em Filosofia; Mestrado em Ciências Sociais (UEL) e Doutorado em Educação (UTP-PR). <http://orcid.org/0000-0002-6071-5572>

³ Graduação em História e Direito; Mestrado em Ciências Sociais (UEL) e Doutorado em Educação (UTP-PR). <https://orcid.org/0000-0001-5104-1353>

INTRODUÇÃO

“Cuando sobre los hombros de una clase productora, pesa la más dura opresión económica, se agrega aún el desprecio y el odio de que es víctima como raza, no falta más que una comprensión sencilla y clara de la situación, para que esta masa se levante como un solo hombre y arroje todas las formas de explotación” (José Carlos Mariátegui).

A propósito do “humano” que nos define e as práticas e ações recentes que a extrema direita coloca em questão no Brasil, ao adorarem e reverenciarem publicamente uma caixa de remédio⁴, nos leva a retomar novamente o pensamento gramsciano. Neste sentido, são especialmente relevantes as reflexões de Gramsci sobre Maquiavel e a dupla natureza do Centauro, com seus desdobramentos na vida política e estatal nos traz questões fundamentais para pensar a natureza “ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia etc.” (GRAMSCI, 1978b, Q. 13, p. 1576).

Natureza ferina, que se expressa no ódio de classe, na luta de classes sempre renovada em suas dimensões e que recrudesce nos momentos de crise orgânica, como esta que vivemos nesta segunda década do século XXI, com a extrema direita no poder e com o aprofundamento da crise econômica, política e moral que assola o país. A esperança que míngua se firma na “dupla perspectiva”, que Gramsci define pela oposição dialética entre o “imediatismo” que tudo reduz ao mais mesquinho e banal e a visão de totalidade, complexa, elevada, ancorada nos “valores de civilização e humanidade” (GRAMSCI, 1978b, p. 1576).

O imediatismo caracteriza a formação do senso comum, cujas “certezas” se enraízam em dogmas religiosos e em crenças sem o mínimo fundamento racional ou científico. Esta formação tem uma dimensão política que se articula ao conservadorismo, na força e na consistência de fragmentos do liberalismo na formação do senso comum. Nesse sentido, é relevante apreender a realidade em suas determinações para mostrar que o empírico imediato oculta relações concretas e históricas que precisam ser desveladas; de onde surgiu esta

⁴ Referência à Hidroxicloroquina que, segundo o presidente Jair Bolsonaro e sua base de extrema direita, poderia ser utilizado no tratamento precoce da Covid-19. Conferir, entre outros, <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/05/08/bolsonaro-defende-hidroxicloroquina-e-ivermectina-apos-criticas-na-cpi>, consultado em 05/07/21.

“onda”, em que armário se escondia e como interpretá-la? Chegamos a um ponto em que é forçoso reconhecer que a barbárie faz parte do nosso cotidiano, expressa-se na violência materializada no feminicídio, na exclusão social, na miséria e na extrema desigualdade historicamente produzida, na propriedade privada da terra e na expulsão do homem do campo, nos vários preconceitos que afloram e se traduzem em violência explícita e que demonstram a estrutura de formação da nossa sociedade.

O Centauro maquiavélico que expressa a dupla característica da natureza humana nos motiva a acentuar as novas dimensões da luta de classes a partir dos escritos de Gramsci. Na realidade brasileira desta segunda década do século XXI, quando os meios de comunicação de massa tomaram proporções inusitadas na formação de um modo único de pensar e na reprodução das estruturas mais conservadoras e mesmo oligárquicas que entravam nosso desenvolvimento, quando o obscurantismo religioso se propõe discriminar e mesmo destruir as sofridas conquistas dos povos oprimidos, entre eles as mulheres, os negros, os índios, retomar o contexto histórico de reflexão de Antonio Gramsci nos parece urgente e fundamental.

Desse modo, este artigo pretende apresentar algumas observações sobre a noção de hegemonia a partir da leitura gramsciana das correlações de forças de seu tempo, assim como sobre os movimentos reacionários que se criaram e fortaleceram no embate com as forças que emergiam do movimento operário. Retomando a leitura gramsciana do Centauro maquiavélico, “pode acontecer que quanto mais a primeira “perspectiva” é “imediatíssima”, muito elementar, mais a segunda deve ser “distante” (não no tempo, mas como relação dialética) complexa, elevada”, ou seja, na vida cotidiana, “quanto mais um indivíduo é forçado a defender sua existência física imediata” (GRAMSCI, 1978b, p. 1576), mais se sente distante do que se apresenta, na sociedade moderna, como valores de humanidade.

Na sociedade de classes, com a acumulação do capital resultante das novas formas de exploração e expropriação do trabalho, o aprofundamento das desigualdades sociais expressa o que existe de mais desumano como forma de convivência social: de um lado, o egoísmo e o individualismo exacerbado das classes dominantes e, de outro, a busca de alimento no lixo urbano. A solidariedade, signo de esperança e de futuro, só se verifica entre os mais humildes.

Assim, num primeiro momento, apresentamos um quadro do contexto atual do Brasil, explicitando as políticas imperialistas (chamadas, pelos ideólogos do capital, sutilmente de políticas neoliberais) e das novas características da luta de classes, principalmente com a acentuação do fascismo. Em seguida, abordamos alguns aspectos da questão da hegemonia

para concluir com uma perspectiva dos possíveis caminhos, com o objetivo de vislumbrar formas de combater as práticas e os preceitos do imperialismo e do fascismo.

IMPERIALISMO, FASCISMO E O BRASIL ATUAL

A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral (BENJAMIN, 1987, p. 226).

Após o fim de um longo período de ditadura civil-militar, o Brasil aparentava estabilizar-se como uma democracia no padrão europeu ocidental. Havia liberdade política e dos movimentos sociais, das manifestações populares, a população tinha oportunidade de participar das conferências de planejamentos governamentais, existia possibilidade de alternâncias de governos, a esquerda brasileira tinha forte influência parlamentar; até mesmo a burguesia brasileira chegou a aceitar que o governo federal fosse administrado por um governo de esquerda, embora com base em acordos de governabilidade.

Contudo, nos últimos anos essa ilusão acabou, a luta de classe entre a burguesia e o proletariado se acentuou. Muitos dos direitos que a classe trabalhadora conquistou há décadas foram perdidos, o desemprego aumentou consideravelmente, a educação e a saúde pública passam interruptamente por um período de cortes de verbas. Além disso, a pandemia provocada pelo Covid-19 mata centenas de milhares de brasileiros e o problema da fome voltou a ser uma realidade para grande parcela da população.

Politicamente podemos apontar que todos esses problemas começaram a surgir depois do início do golpe de Estado de 2016. Para que o golpe, que novamente foi constatado como civil-militar, tivesse sucesso, precisava-se atacar as instituições políticas escolhidas pela população. Era necessário dismantelar o governo que havia sido eleito democraticamente já que não era possível vencer pelo voto, criou-se uma narrativa para convencer a população da necessidade de que o governo de esquerda fosse deposto. Para isso, houve uma articulação de diversos setores estatais e civis. O judiciário, com a atuação do Ministério Público, sobretudo, com a operação Lava-Jato, realizou inúmeras acusações de corrupção no governo e nas empresas estatais; a grande imprensa, controlada por monopólios da comunicação, repercutiu em seus diversos meios jornalísticos, mesmo sem provas, os ataques oriundos do judiciário; os empresários pressionavam os parlamentares, os militares pressionavam as instituições jurídicas e seus operadores para que toda a farsa montada fosse dada como real.

Depois da consolidação do golpe de 2016 as consequências de todas as articulações produzidas para depor o governo democraticamente eleito se demonstraram como altamente nocivas para a sociedade. Todo o discurso moralista propagado pela imprensa e órgãos

estatais fez com que surgisse uma classe média revoltada, consubstanciando-se em comportamentos e concepções de cunho fascista. Antonio Gramsci assevera que o fascismo na Itália se apresentou como “antipartido, abriu as portas a todos os candidatos e, com sua promessa de impunidade, deu a uma multidão impopular a cobertura vaga e nebulosa de um verniz de idealidade política ao selvagem transbordar das paixões, dos ódios, dos desejos” (GRAMSCI, 1978, p. 150).

Logo, o contexto político e econômico da época, na Itália, possibilitou que práticas e concepções carregadas de paixão, ódios e desejos se sobressaíssem. Da mesma forma que no Brasil: foi a partir do contexto político e econômico brasileiro pós-golpe de 2016, que a virulência das concepções e comportamentos neoconservadores afloraram, pois o fascismo não pode ser reduzido a comportamentos psicológicos ou culturais, mas é fruto das relações sociais, políticas e econômicas decorrentes da luta de classes.

Ademais, o referido golpe de Estado não foi algo reduzido às políticas internas brasileiras, mas envolveu interesses do capitalismo mundial. Mezarobba (2017), assevera que os países imperialistas, principalmente os Estados Unidos, procuram controlar as políticas internas dos países periféricos, apoiando governos que defendam seus interesses. Para isso, utilizam-se de seus embaixadores, agentes de espionagem nos governos e nas empresas estatais por meio de agências como a NSA (Agência de Segurança Nacional) e CIA (Agência Central de Inteligência), que coletam informações por meio de satélites, internet e outros mecanismos. Essas agências, após encontrarem algum problema administrativo, repassam para as instituições e pessoas de sua confiança para realizarem o trabalho sujo que levam aos golpes.

A prática de controle político e golpes nos países periféricos pelos países imperialistas não são atuais, isso ocorre desde o século XIX, porém, depois da crise capitalista de 2018 se acentuaram em todo o mundo. Lenin (1979), descreve que o mundo foi partilhado por alguns poucos países ricos que buscavam obter lucros a qualquer custo.

O capitalismo se transformou num sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países “avançados”. É a partilha deste “que” faz-se entre duas ou três aves de rapina, com importância mundial, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão) que arrastam consigo toda a Terra na sua guerra pela partilha de seu saque (LENIN, 1979, p. 11).

Lenin (1979), considera que o capitalismo entrou na sua última fase de desenvolvimento, que é o Imperialismo. O autor apontou que no imperialismo ocorre com a eliminação concorrencial entre as empresas grandes e pequenas, tudo é monopolizado em poderosos conglomerados empresariais que submetem todos ao seu redor e ao seu arbítrio. A

especulação financeira substitui a produção. Para Lenin, o rentismo se tornou parasitário ao próprio capital já produzido. O imperialismo travou o desenvolvimento livre do capitalismo. O desenvolvimento do capitalismo atingiu um ponto em que a produção de mercadorias [...] “se encontra desacreditada pelo fato que o grosso dos lucros cabe aos ‘gênios’ das maquinarias financeiras” (LENIN, 1979, p. 26).

Nessa nova fase monopolista ocorre a fusão entre o capital chamado produtivo com o bancário, dessa forma nasce o capitalismo financeiro. Que é, em sua grande parcela de exploração, altamente especulativa. O capitalismo deixa de investir na produção, o que causa paralisia do crescimento econômico e leva ao aumento do desemprego e da pobreza para a classe trabalhadora. Lenin, ao perceber esse problema, realiza uma crítica aos economistas burgueses que tentam embelezar o capitalismo. Ao contrário do que apregoam, o monopólio, criado em certas indústrias, aumenta e agrava o caos inerente ao conjunto da produção capitalista. As crises se tornam cada vez mais agudas. Nesse sentido, explica o autor: “As crises (de toda a espécie, mais frequentemente econômicas embora não exclusivamente) aumentam, em fortes proporções, a tendência para a concentração e para o monopólio” (LENIN, 1979, p. 29).

De acordo com Lenin (1979), o monopólio imperialista procura garantir as principais fontes de matérias-primas sobretudo na indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista. Essa monopolização de capital condiciona as nações periféricas a aceitarem as imposições de negociações da grande burguesia, pois quebra as empresas não cartelizadas e, dessa forma, eleva os ganhos dos imperialistas.

Precisamos observar que o imperialismo, desde o princípio, para controlar vastos territórios, se utilizou da violência militar, continentes inteiros foram invadidos. Apesar das invasões explícitas aparentarem menos comuns nesse momento histórico, o imperialismo busca controlar seus países influenciados pelos meios políticos. Para isso, realiza parcerias com a burguesia das nações periféricas.

Nesse sentido, Trotsky (2017), considera que uma nação com o desenvolvimento industrial atrasado possui uma burguesia que aceita se aliar com o imperialismo, pois, entre a viabilidade de defender sua nação da dominação imperialista aliada a classe operária e se aliar a burguesia imperialista, as classes dominantes periféricas optam pela segunda opção; mesmo sobrando uma parte pequena do capital explorado, ao se aliar com os países imperialistas, a burguesia ainda tem uma certa garantia, porém, ao se aliar com a classe operária corre o risco de perder tudo, caso o movimento nacionalista transforme-se em uma revolução proletária.

Desse modo, surge uma aliança que busca explorar as riquezas das nações periféricas, assim como da população local. Para que essa política seja efetivada, a burguesia busca obter o controle hegemônico pelo consenso e, quando esse não é suficiente para conter as rebeliões das classes dominadas, empregam o uso da violência estatal e paraestatal.

Com a imposição das políticas imperialistas, denominadas por alguns incautos de neoliberais, determinadas pelos países imperialistas, a exploração da população chega ao nível mais elevado. Consequentemente, ocorre o aumento do empobrecimento generalizado da classe trabalhadora, queda de renda das classes médias, o que leva ao descontentamento com a ordem do regime e ocorrem as manifestações. Individualmente, as pessoas tentam resolver seus problemas básicos partindo para ações consideradas ilegais, como por exemplo, a venda de produtos ilícitos, furtos, assaltos e entre outros.

No Brasil o neoliberalismo acirrou essas contradições, porque levou a uma expropriação enorme das condições de vida das classes subalternas. Quando esses problemas foram amenizados pelos governos democráticos de esquerda a burguesia entendeu que estava ocorrendo um elevado gasto com as classes dominadas. Para conter esses governos e também se opor a escolha popular realizada nas urnas, criou-se inúmeras formas de ataques a esquerda. A direita, calcada no neoconservadorismo pautado em valores morais extremamente arcaicos, realizam ataques aos direitos conquistados, contra os direitos humanos e as proteções sociais. Essa moral contém a defesa de valores meritocráticos e individualistas, em nome do combate à corrupção, da defesa dos costumes tradicionais, da religião conservadora e da família, defendem a violência física contra os opositores dos seus ideais e, ainda, intitulam-se neutros em relação aos partidos políticos.

Os argumentos da extrema direita, pautados nos valores tradicionais burgueses, de certa forma, conquistaram o consenso de uma parcela significativa da sociedade. A derrocada do governo de esquerda e a prisão ilegal de um de seus principais líderes demonstra o avanço dessa extrema direita. Desse modo, as políticas mais agressivas do neoliberalismo são retomadas no Brasil e abrem caminho para a eleição de um governo fascista. Jair Messias Bolsonaro é o resultado das ações que difamaram a esquerda e que partiram de órgãos estatais, como o Ministério Público, Polícia Federal, enfim, do Judiciário e da imprensa burguesa. O fascismo foi chocado por uma militância já fascista no interior desses organismos.

Os acontecimentos políticos brasileiros se repetem como farsa do ocorrido na Itália de Benito Mussolini. Mariátegui (2010), esclarece que o fascismo na Itália era formado por uma milícia civil antirrevolucionária, era uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias.

No princípio, o fascismo operou principalmente sobre uma plataforma de política externa. Agitou a bandeira das máximas aspirações territoriais [...] mais tarde, quando esse programa nacionalista aglutinou ao redor dos *'fascios'* uma multidão batalhadora e acalorada, o fascismo iniciou seu ataque armado ao socialismo [...] qualificou de agressiva sua atividade, como uma afirmação de patriotismo italiano contra a doutrina internacionalista do socialismo e do anarquismo (MARIÁTEGUI, 2010, p. 50).

É cabível salientar que o fascismo é um produto da sociedade capitalista e tem como anátema a reação antiproletária e combate ao comunismo imaginário. O fascismo é uma das formas assumidas, no século XX, pela repressão conduzida pelo capitalismo contra o movimento revolucionário do proletariado. As crises econômicas e as guerras do século XX são resultados do capital imperialista monopolista. As especulações financeiras substituem a preocupação no setor produtivo, o que determina a queda do crescimento econômico dos países, conseqüentemente empobrece as classes sociais abaixo da burguesia. Fresu (2017), fundamenta que o Estado corporativo, fascista militarizado, é um mecanismo para extirpar a luta de classe dos trabalhadores e fornecer todo o suporte estatal à organização monopolista de capital. O fascismo é filho da crise do capitalismo monopolista, “[...] que se encontra diante de bloqueios seja para um desenvolvimento capitalista extensivo, seja para um desenvolvimento mais intensivo das relações de exploração” (FRESU, 2017, p. 94).

Mussolini não foi um político que surgiu das classes tradicionais, muito pelo contrário, antes de ser um político de extrema direita militou no Partido Socialista Italiano. A passagem pelo PSI se encerra quando adere a defesa da participação italiana na Primeira Guerra Mundial, o que ocasionou a sua expulsão do partido. Sua participação na política burguesa se inicia quando ele realiza inúmeras críticas a falta de reconhecimento dos aliados italianos na participação da guerra, mesmo com contribuição na guerra, seu país não recebeu ampliação territorial e influência política.

Todos os desgraçados sociais, os oficiais de guerra agora sem função na sociedade civil, os estudantes desadaptados, pequenos burgueses proletarizados, buscam no fascismo aquele conteúdo novo, não conformista, para subtrair-se à sociedade liberal e assumir uma atitude de combate capaz de enfrentar o socialismo nas ruas. Mas Mussolini se mostra hábil, porque não se limita a excitar a pequena burguesia perturbada. Ele adulou os industriais e os proprietários de terra, afirmando a impossibilidade do Estado de gerir os serviços públicos, entregando estas funções aos setores privados, despojando o Estado de todas as atividades econômicas assumidas na “era giolittiana”. Neste contexto de medo e ódio, o fascismo acha uma definição, buscando o seu motivo econômico na aliança com os industriais e os proprietários agrários, enquanto no campo ideológico afirmava o antibolchevismo (FRESU, 2017, p. 59).

Mussolini soube explorar as contradições sociais, políticas, econômicas e ideológicas da sociedade italiana, ele não era nenhum ser mágico, fabuloso ou algo desse nível, mas era apenas um político ambicioso que encontrou uma base para as suas ambições políticas. A figura de Mussolini foi desenvolvida pela própria burguesia, sem esse apoio, este não teria as condições necessárias para os desdobramentos futuros.

O Brasil vivencia um momento histórico que permite entender as origens do nazifascismo, visto que é estrangulado econômica e politicamente pelo imperialismo, apesar do potencial do país, este não consegue se desenvolver da mesma forma que os países avançados do capitalismo. Este fato ocasiona um descontentamento entre as camadas médias que não percebem o verdadeiro problema e culpam as políticas públicas e as intervenções estatais na economia como se estas fossem as responsáveis. O Estado e a sua intervenção na economia, com a implantação de políticas sociais, é responsabilizado pela crise. As políticas reformistas da esquerda não conseguiram atender os interesses dessas camadas médias, pois, oscilou entre atender as cobranças do sistema financeiro imperialista e da burguesia nacional e redistribuir renda para a população mais empobrecida.

Nesse contexto surge a figura do atual Presidente da República brasileira, um político praticamente desconhecido pois fora do Estado do Rio de Janeiro quase ninguém ouvira falar. A imprensa, para atacar o Partido dos Trabalhadores, promoveu o referido político nos noticiários, programas humorísticos e de auditório. Seu discurso, que anteriormente se voltava para a defesa do nacionalismo, pautava-se nas críticas à esquerda e as suas políticas sociais, transformou-se em declarações cada vez mais fascistas, com isso conseguiu arrebanhar a classe média revoltada com o que viam na grande imprensa, como as acusações de corrupção contra os políticos, por exemplo. A resposta do governo para todos os problemas levantados pauta-se na intensificação da repressão e pelo aparelhamento das instituições federais.

A aliança política entre o governo e a burguesia vem demonstrando resultados extremamente nocivos às classes trabalhadoras. A diminuição de investimentos do Estado na economia elevou o número de desemprego e, conseqüentemente, a queda de renda da classe trabalhadora. O Estado deixou de investir em serviços públicos, principalmente na educação e saúde. O problema da fome já é uma realidade e, como se isso não bastasse, há a tragédia da pandemia de Covid-19, que já ocasionou centenas de milhares de mortos. Para evitar gastos e atender o disposto na Emenda Constitucional nº 95, a qual trata de uma limitação aos gastos sociais, o atual governo não aplicou dinheiro no combate à pandemia.

Na sociedade de classes, com a acumulação do capital resultante das novas formas de exploração e expropriação do trabalho, o aprofundamento das desigualdades sociais expressa

o que existe de mais desumano como forma de convivência social: de um lado, o egoísmo e o individualismo exacerbado das classes dominantes e, de outro, a busca por alimentos no lixo urbano.

O controle das corporações multinacionais e sua ingerência nas políticas nacionais aumenta de forma inexorável a desigualdade entre a riqueza privada e a dívida pública, colocando o Estado ao seu dispor. Há um progressivo aumento da violência, gerada, em grande parte, pela frustração e pelo desespero dos subalternos em relação ao desemprego e a pauperização. A situação de crise orgânica se completa com um incremento dos segmentos de extrema-direita, configurados em grupos nazifascistas e em concepções nacionalistas racistas, divulgadas e propagadas em grande parte pelas mídias sociais, não só no Brasil, mas também em outros países. Ademais, a pandemia de Covid-19 alterou e aprofundou ainda mais o quadro alarmante de desmonte dos serviços públicos e, conseqüentemente, do descaso do Estado com a população brasileira.

Acrescenta-se a esse conjunto de tragédias anunciadas, um quase “estado de exceção”, fantasiado de democracia cambaleante e inválida. Este quase “estado de exceção” pode ser vislumbrado, entre outros, pela própria figura governante e pelos representantes do seu governo, os quais parecem libertar-se de toda subordinação às leis; Benjamin (1987, p. 226) destaca que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”.

Um perfeito exemplo dessa situação é o caso da atual retomada da Lei de Segurança Nacional, a qual foi ainda aprovada durante a ditadura militar (1983) para tratar como crime as oposições ao regime. Apesar do Brasil estar em torno dos trinta e seis anos inserido no regime democrático, a referida lei continua sem revogação, embora tenha ocorrido várias tentativas de sua revogação, em 2002, pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior. Resgatada dos escombros da ditadura e utilizada pelo atual governo, a referida lei instrumentaliza a perseguição e o terror aqueles que criticam suas ações e de seu governo. Esta situação demonstra como a frágil democracia brasileira pode ser rompida ao menor sinal de ataque aos interesses da classe dominante.

Nesse sentido, é urgente não somente combater todas as formas de retomada de leis que colocam em riscos as meras manifestações de insatisfações contra o Estado e também aquelas que se referem a retirada de direitos sociais da classe trabalhadora, como também é fundamental que os movimentos sociais e sindicatos, alinhados à perspectiva de mudanças sociais, realizem reivindicações, protestos e greves. Pois, não se trata apenas de combater o aparato jurídico, mas principalmente de reivindicar uma mudança social. A crise se expande e

se apresenta como crise orgânica, ou seja, econômica, política e moral, fato que nos leva a retomar o pensamento de Antonio Gramsci.

A DUPLA NATUREZA DO CENTAURO E AS RELAÇÕES DE HEGEMONIA

Sentir a revolução dos dois lados: ou então, mostrar que as coisas não são tão “seráficas” nem tão “lucíferas” quanto alguns tentam fazer parecer (BAUDELAIRE, 1995).

O cenário acima descrito nos serve para acentuar as novas dimensões da luta de classes, agora realçada pela intensificação da formação ideológica da sociedade pelos meios de comunicação de massa. Nesta luta reforça-se a dupla natureza do Centauro, com sua expressão na violência cotidiana, na defesa do uso de armas e na intensificação das crenças religiosas: natureza “ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia etc.” (GRAMSCI, 1978b, Q. 13, p. 1576).

Gramsci retoma a leitura de Maquiavel não para acentuar a questão ontológica, como fazemos aqui, mas para refletir sobre a ciência política em sua concreticidade na correlação de forças que permeia a formação do Estado e que evidencia a luta de classes. A questão de hegemonia se expressa como uso da força quando necessário, equilibrada com o consentimento: o povo “precisa convencer-se e estar consciente que pode existir apenas uma política, a realista, para alcançar o fim desejado” e que, para isso, é necessário unir-se em torno de um Príncipe que seja capaz de alcançar este fim (GRAMSCI, 1978, p. 1691).

A hegemonia se expressa no equilíbrio entre força e consenso, mas também como superação da violência pela civilidade, fator acentuado por Maquiavel na política aconselhada ao Príncipe. E os partidos políticos, tanto dos grupos dominantes quanto dos subalternos, têm uma função de controle e de “tutela de uma certa ordem política e legal”, esclarecendo o “caráter reacionário ou progressivo” da ação política (GRAMSCI, 1978, p. 1691). Estas funções implicam explicitar a função do direito na sociedade capitalista.

Gramsci (2002, p. 249), salienta que o “direito não exprime toda a sociedade [...], mas a classe dirigente, que ‘impõe’ a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento”. É de suma importância destacarmos essa questão, pois, não há neutralidade, tanto no que tange ao direito quanto ao que se refere ao Estado. A função do direito no Estado é que por “meio do direito o Estado torna

homogêneo o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente (GRAMSCI, 2002, p. 240).

Ainda, segundo Gramsci (2002, p. 254), por Estado deve-se entender “além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil”. Ou ainda, no significado integral de Estado: ditadura + hegemonia. Logo, conforme Gramsci, o Estado se compõe de duas instâncias superestruturais que ele denomina “dois planos”: sociedade civil e sociedade política, que exerce o “domínio direto”, que entendemos como a estrutura burocrática pela qual se executam as funções de governo (Decretos-leis, por exemplo) e os mecanismos de formação da opinião pública, ou seja, os meios de comunicação de massa, no âmbito da sociedade civil. Nesse aspecto, a luta de classes toma uma nova dimensão na medida do poder do discurso ideológico, que tolhe a subjetividade do trabalhador que, ao assimilar o modo de pensar e o modo de vida dominante, perde a sua autonomia política de organização.

De acordo com Marx e Engels (2007, p. 47), as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. Ou seja, as ideias e o ordenamento jurídico de uma determinada sociedade, em um determinado tempo histórico, são determinados pelas ideias dominantes daqueles que dominam os meios de produção nessa sociedade. Logo, esse “quase regime de exceção”, o caos na saúde pública, o desemprego e a violência têm como fator determinante o grande capital, particularmente o capitalismo financeiro, em favor do qual operou-se, no Brasil, principalmente, a partir do golpe de 2016, o aumento da apropriação de renda. Esta afirmação pode ser comprovada pela análise das ações empreendidas pelo governo no ínterim entre o golpe de 2016 e o momento atual, tais como, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, também chamada de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Fiscais, a qual alterou a Constituição Federal de 1988 para instituir “um novo regime fiscal”, o qual limita crescimento das “despesas” do governo brasileiro durante 20 anos.

Na verdade, a Emenda Constitucional nº 95, delimitou os gastos sociais, como saúde e educação, por exemplo. Ademais, em 2017 houve a aprovação da reforma trabalhista, pela lei nº 13.467, a qual alterou as regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, com o objetivo de “flexibilizar” o mercado de trabalho, o que significa realmente aumentar o caráter exploratório do trabalho sob os auspícios do capitalismo em sua fase imperialista. Portanto, essas reformas empreendidas, preferencialmente, consubstanciadas em leis, comprovam que a finalidade precípua é garantir os frutos da especulação financeira.

A luta de classes se consolida em favor dos dominantes nas ações legais e na formação ideológica das classes subalternas, principalmente na concepção de mundo que naturaliza a desigualdade social, narrativa reforçada por todas as religiões que, a seu modo, também disputam o poder em todas as frentes. Por isso, grande parte da população tem assimilado parte das argumentações de uma extrema-direita conservadora, contrária à ciência e atrelada à religião. Para compreendermos como isso é possível, retomamos novamente as reflexões de Antonio Gramsci, sobretudo, em relação a noção de hegemonia no sentido de compreender as formas de dominação burguesa, as quais se consolidam como dominação política e direção cultural, isto é, como processo pelo qual o grupo dominante submete os outros grupos ou pela coerção ou pela divulgação de seus valores, que são assimilados pelas classes sociais dominadas tornando-se parte do senso comum.

O exercício da hegemonia, em um contexto de política liberal, segundo Gramsci (2002, p. 95), é a “combinação de força e consenso”, de modo que “a força apareça apoiada sobre o consenso da maioria, expressos pelos órgãos da opinião pública”. Assim, no Brasil, as mídias sociais têm um papel fundamental na divulgação das ideias da classe dominante, as quais passam a fazer parte do senso comum. Perante esse quadro dantesco, a esperança que minguava se firma na “dupla perspectiva”, que Gramsci define pela oposição dialética entre o “imediatismo” que tudo reduz ao mais mesquinho e banal e a visão de totalidade, complexa, elevada, ancorada nos “valores de civilização e humanidade” (GRAMSCI, 1978, p. 1576).

O imediatismo caracteriza a formação do senso comum, cujas “certezas” se enraízam em dogmas religiosos e em crenças sem o mínimo fundamento racional ou científico. Esta formação tem uma dimensão política, econômica e ideológica que se articula com o conservadorismo, na força e na consistência de fragmentos do liberalismo na formação do senso comum. O senso comum é composto de modo fragmentário, por ideias variadas, recebidas e assimiladas sem crítica; “pode ser entendido como um conjunto fragmentado e incoerente de conhecimentos, correspondentes a certa sistematização do conhecimento a partir dos referenciais hegemônicos” (SCHELESENER, 2013, p. 123).

Desta perspectiva, um grupo social que tem uma concepção de mundo descontínua e ocasional, assume, por razões de dominação hegemônica, a concepção de mundo dos dominantes (GRAMSCI, A. Q. 11, p. 1370). Podemos afirmar que as classes populares assimilam sem crítica um modo de pensar que lhes é “imposto”, talvez inconscientemente, pelo fato de tanto ouvirem e, perdem assim, a compreensão da totalidade das relações.

A luta de classes, neste contexto, tem como uma das duas características desmistificar a naturalização das desigualdades sociais e dos conceitos e elaborar uma nova concepção de mundo; esta tarefa, conforme Gramsci, teria que ser coordenada com a luta política por um

novo projeto de sociedade que, nas condições e no cenário atual de dominação capitalista, teria que ser efetuado “por dentro” do quadro instituído, ou seja, minando as suas bases ideológicas.

Se, como acentua Mordenti (2007, p. 17), a vida na sociedade capitalista nos nega a liberdade e nos faz crer que “um outro mundo é impossível e mesmo impensável” (MORDENTI, 2007, p. 17). O grande desafio que se coloca principalmente para as novas gerações é acreditar no sonho de um futuro melhor e arregaçar as mangas na luta por este sonho. Somente a ação organizada pode quebrar a letargia na qual fomos lançados e mudar as relações de forças a fim de criar uma nova realidade que nos resgate o sentido do humano, para prevalecer sobre a barbárie instalada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, seguimos a lição da filosofia da praxis, de identificar as contradições do real para superá-las. Se a história é movimento, haveremos de despertar, mas com uma tarefa gigantesca pela frente, visto que, como acentuava Gramsci (1978, p. 1042), “uma massa não se ‘distingue’ e não se torna ‘independente’ sem organizar-se e não existe organização sem intelectuais, ou seja, sem organizadores e dirigentes”.

A luta de classes é permanente e explícita, embora não apareça imediatamente para os subalternos: para as classes subalternas esta luta consiste em construir um novo projeto de sociedade superando a lógica do desenvolvimento capitalista que gera necessariamente a desigualdade social, a exclusão, a fome e a miséria generalizada negando a possibilidade de uma democracia efetiva. Como se vê, uma batalha de gigantes mas, ante a barbárie instalada e as forças de dominação imperialistas, a resistência e a solidariedade são os mecanismos de luta; fazer o inventário do passado e compreender as contradições geradas neste processo para superar o senso comum são alguns elementos da aprendizagem na leitura de Gramsci que, nas condições do Brasil desta segunda década do século XXI, consiste em explicitar os mecanismos de destruição das bases sociais conquistadas, a redução a um novo processo de submissão ao capital internacional e os caminhos possíveis de luta e de transformação desta realidade.

REFERÊNCIAS

BAUDELAIRE, Charles. **Últimi Scritti**. Milano: Feltrinelli, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1987.

FRESU, Giovanni. **Nas trincheiras do ocidente: lições sobre o fascismo e o antifascismo**. UFPR: Ponta Grossa-PR, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Socialismo e Fascismo – L’Ordine Nuovo 1921-1922**. Torino: Einaudi, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a Política**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Torino Einaudi, 1978b.

LENIN, V. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1979.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As Origens do Fascismo**. Organizador: Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846)**. Supervisão editorial: Leandro Konder. Tradução: Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEZAROBBA, Gilson. **Imperialismo e Educação: a relação entre a educação pública e as fundações e institutos empresariais no Brasil (1990-2014)**. Tese de doutorado, UTP: Curitiba, 2017.

MORDENTI, Raul. **Gramsci e la rivoluzione italiana**. Roma: Riuniti, 2007.

PACHECO, Cristina Carvalho. **Os combatentes inimigos e o governo Bush: o papel da suprema corte na política externa do governo Bush (2001-2008)**. In: KOERNER, A., org. Política e direito na suprema corte norte-americana: debates teóricos e estudos de caso [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017, p. 221-249.

SCHELESENER, Anita Helena. **Hegemonia, Cultura e seus Desdobramentos na Educação: uma Leitura dos Escritos de Antonio Gramsci**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 8, n. 19, p. 119-131, maio/ago. 2013. Disponível em http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa: o triunfo dos Sovietes**. Volume 3ª Ed. do Centenário. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017.

Recebido em 03 de agosto de 2021

Aceito em 03 de agosto de 2021

Editado em novembro de 2021